

## Padrões de nupcialidade na Minas Oitocentista: uso do método *Singulate Mean Age at Marriage (SMAM)* utilizando listas nominativas

Fernando Gomes Braga<sup>1</sup>

Luciana Conceição de Lima<sup>2</sup>

Clotilde Andrade Paiva<sup>3</sup>

Mário Marcos Sampaio Rodarte<sup>4</sup>

### Resumo

Utilizando as listas nominativas da década de 1830 para Minas Gerais, estimou-se para a população livre a proporção de mulheres uma vez casadas e a idade média ao primeiro casamento, para ambos os sexos, aplicando o método *Singulate Mean Age at Marriage* de Hajnal (1953) segundo o nível de desenvolvimento regional, a situação de residência, a população dos distritos de paz e o tamanho do plantel de escravos do fogo. Verificou-se para a população em estudo uma idade média ao primeiro casamento de 23,4 anos para homens livres e de 17,9 anos para mulheres e diferenciais importantes para o tamanho do plantel do fogo.

Palavras-chave: Demografia Histórica, Listas Nominativas, Nupcialidade, Características Socioeconômicas e *Singulate Mean Age at Marriage*.

Indicação de área temática: História econômica e Demografia Histórica

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia e Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Professor do Instituto Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestre e Doutoranda em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Bolsista CNPq – Brasil.

<sup>3</sup> Professora do Cedeplar/Face/UFMG

<sup>4</sup> Doutor em Demografia pelo Cedeplar/UFMG.

## **Introdução**

A economia e a sociedade mineiras no século XIX ainda representam áreas de estudos a serem revisitadas, mesmo passadas algumas décadas do início de intenso processo de revisão historiográfica (Paiva & Godoy, 2002). Minas Gerais continuou a exibir o dinamismo e a complexidade nos campos econômico e social que já existiam desde o século XVIII, ainda que a exploração do ouro tenha entrado em decadência no século XIX, e as diversificações econômicas e sociais no período oitocentista se apresentavam de modo notável (Silva, 2002), sobretudo, por causa do delineamento de novos padrões de sociabilidade, que implicaram novos costumes, valores e mentalidades (Paula, 2000).

A riqueza de aspectos econômicos e sociais da província mineira do século XIX abre um campo de possibilidades para novos estudos, mas que, no entanto, precisam levar em consideração as possibilidades e limitações das fontes de dados disponíveis, além dos métodos lançados para a manipulação de informações demográficas produzidas segundo critérios irrecuperáveis (Paiva & Godoy, 2008). Tendo em vista as possibilidades ainda existentes de estudo da sociedade mineira oitocentista e, também, de discussão acerca da qualidade e das possibilidades das fontes de dados disponíveis para o século XIX, o objetivo precípua do presente trabalho é aplicar o Método de Hajnal (1953) de idade média ao casar aos dados coletados das listas nominativas disponíveis no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

A nupcialidade representa um evento demográfico sensível às mudanças sociais experimentadas por um determinado grupo, como por exemplo, as transformações ocorridas no campo socioeconômico que podem repercutir sobre importantes aspectos relacionados à conformação de padrões de casamento de uma determinada sociedade, tais como, as normas de transição para a vida adulta, a formação familiar e a fecundidade (Eversley, 1965; Wayachut, 1993; Lászió & Kulcsár, 2007). A teoria malthusiana de atuação do casamento como mecanismo regulador do crescimento populacional (xeque preventivo), estabelece uma relação entre a taxa de casamentos e a prosperidade econômica, em que durante as fases de estagnação da economia, as restrições impostas à renda desencorajam os casais a contraírem núpcias (Hatcher, 2003; Wisdorf & Sharp, 2009). A influência do sistema socioeconômico sobre os padrões de casamento também é reconhecido por Hajnal (1965), sugerindo, por exemplo, que no século XVIII, a postergação do casamento poderia estar relacionada à busca por certo padrão de vida que seria um pré-requisito para a entrada no casamento.

Considerando importantes dimensões relacionadas às características socioeconômicas da época e disponíveis na base de dados utilizada, este trabalho analisa os diferenciais da idade média ao casamento, para ambos os sexos, segundo o nível de desenvolvimento regional, a situação de residência do fogo e o tamanho do plantel de escravos em cada fogo. A discussão acerca das possibilidades e das limitações inerentes à aplicação do *Singulate Mean Age at Marriage* (SMAM) a uma base de dados que apresenta características peculiares à sua época também é apresentada.

### **1) Contexto e fonte de dados do século XIX em Minas Gerais**

A decadência da atividade mineradora é um marco da economia mineira do século XIX, e segundo discussão empreendida por historiadores, demógrafos e economistas desde a década de 1980, o esgotamento das jazidas auríferas não implicou estagnação econômica e despovoamento em massa das regiões mineiras oitocentistas (Silva, 2002). A expansão urbana experimentada por Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e a complexidade das relações que se seguiram no campo da economia, da política, da cultura e das relações sociais, foram resultados de um processo intenso de dinamismo e de diversificação econômica vivenciadas durante o período (Paula, 2000). Segundo Paiva & Godoy (2002) a base produtiva mineira no século XIX encontrava-se bastante diversificada, e os vínculos comerciais mantidos entre a província mineira e o mercado externo ocupavam lugar de destaque, assim como os fluxos inter-regionais e intra-regionais que alimentavam um mercado interno dinâmico.

No tocante à população, segundo Mello Filho, Santos Júnior e Rodarte (2006), em 1870, Minas Gerais ocupava o posto de província mais populosa do Império, cuja taxa de crescimento era superior à taxa média de todo o território. Ainda segundo os autores, o crescimento populacional em Minas Gerais não se concentrou apenas nas regiões de vazios demográficos, mas também, verificou-se um *boom* populacional em regiões que já apresentavam densidade demográfica elevada, como a região da Mata, que no último quarto do século XIX representava uma área de forte atração populacional motivada pela cultura do café.

Em meados da primeira metade do século XIX, assim como na economia, havia importantes diferenças regionais no que se refere à composição da população por sexo, idade, condição social e raça/cor (Paiva & Godoy, 2002). A população livre apresentava crescimento, ao passo que a população escrava diminuía e se distribuía de modo desigual entre as regiões mineiras, a população feminina livre se sobrepunha à população masculina na

maioria das localidades, ao passo que, para a população escrava, os homens predominavam em todas as regiões (Martins, Lima & Silva, 2002).

Vários trabalhos se inclinaram para o estudo desta diversificação na economia e nas características populacionais das regiões mineiras do século XIX (Paiva & Arnaut, 1990). O censo brasileiro de 1872 e as listas nominativas mineiras da década de 1830 se destacam como importantes fontes de dados do século XIX para a pesquisa da história demográfica social e econômica não somente de Minas Gerais, mas também de todo o Brasil, no caso especificamente do Recenseamento Geral do Império de 1872 (Martins, Paiva & Botelho, 1983).

Este censo foi o primeiro a cobrir de modo sistemático, porém não simultâneo todo o território nacional, e foi instituído ainda em 1823 pela Lei do Império que determinava a cada presidente de província a sua realização (Martins, Lima & Silva, 2002). Inserido no contexto de modernização da gestão do estado, o Recenseamento do Império de 1872 objetivava dispor de informações sobre a população total e suas principais características. Entre as dificuldades impostas ao seu desenvolvimento figuram: *i*) o baixo nível educacional da população, uma vez que as informações eram preenchidas pelo chefe do domicílio ou por outro morador alfabetizado e *ii*) a impossibilidade em se realizar a coleta dos dados simultaneamente em um território tão vasto considerando os recursos disponíveis na época (Rodarte, 2008). É possível obter no recenseamento de 1872 informações sobre sexo, idade, estado civil, raça/cor, condição social, dentre outros, por paróquias, porém, é preciso atentar que as dificuldades encontradas para a execução deste censo possivelmente produziram incorreções nos dados, como por exemplo, a subenumeração de grupos específicos como o da população infantil (Martins, Paiva & Botelho, 1983).

As listas nominativas de habitantes de 1831/1832 e 1838/1840 constituem um verdadeiro Censo Econômico e Demográfico da época. Compõem o levantamento populacional mais extensa do período provincial de Minas Gerais, cuja representatividade é próxima de 55% da população mineira no período (Rodarte, 2004; Santos Júnior & Reis, 2008). Assim como o Recenseamento Geral do Império de 1872, as listas nominativas resultaram de iniciativas oficiais e fazem parte do contexto histórico das regências<sup>5</sup>. As tentativas de organização do Estado Imperial que se seguiram resultaram, também, no

---

<sup>5</sup> Período entre a Abdicação e o Golpe da Maioridade.

interesse pela identificação da realidade social daquela população (Paiva & Arnaut, 1990). As informações contidas nas listas nominativas de 1831/1832 e de 1838/1840 encontram-se desagregadas por fogos e indivíduos, e há informações sobre nome, prenome, sobrenome, idade, sexo, estado civil, condição social, nacionalidade, ocupação, relação como chefe do fogo e raça/cor (Santos Júnior & Reis, 2008). Assim como no caso das informações censitárias de 1872, as listas nominativas apresentam certas inconsistências em seus dados, como por exemplo, a subenumeração da população infantil, a sobre-enumeração da população de centenários, a atração por dígitos nas declarações de idade, e a maior homogeneidade das listas de 1831/1832 com relação às listas de 1838/1840 (Paiva & Arnaut, 1990; Santos Júnior & Reis, 2008).

No que se refere aos trabalhos produzidos que utilizaram as listas nominativas mineiras do século XIX como fonte de dados, vários se dedicam ao conhecimento da produção econômica e do processo de urbanização em Minas Gerais do Oitocentos. O estudo de Mello Filho, Santos Júnior e Rodarte (2006) analisa o processo de povoamento da província mineira entre 1830 e 1870 utilizando as listas nominativas de 1831/1832 em conjunto com os dados do Recenseamento do Império de 1872, e os resultados apontaram para a manutenção da concentração territorial e do caráter urbano da sociedade mineira, em oposição às hipóteses de desconcentração espacial e de ruralização da produção em Minas Gerais do século XIX. No trabalho de Santos Júnior e Reis (2008), os autores aplicaram métodos de análise regional para caracterizar a província de Minas Gerais na década de 1830 segundo a distribuição de ocupações nos níveis distrital e municipal, e verificaram relacionamento entre ocupação e localização geográfica.

No trabalho empreendido por Rodarte (2004) as listas nominativas são utilizadas para o estudo da organização domiciliar em Minas Gerais na década de 1830, considerando o domicílio como um elo importante entre economia e componentes da dinâmica demográfica. O autor constrói tipologias domiciliares que se diferenciam no que diz respeito às características demográficas, e às relações econômicas e sociais. Seu trabalho mais recente identifica, na população em estudo, uma clara divisão dos fogos em escravistas, camponeses, autônomos e assalariados (Rodarte, 2008). Há também a utilização das listas nominativas para estudos de outras temáticas, como por exemplo, o trabalho de Luna & Klein (2004) que se dedica ao estudo da economia e da sociedade escravista, e o trabalho de Cunha & Godoy (2004) que analisa as redes clientelares mineiras cruzando as informações das listas

nominativas de 1831/1832 e de 1838/1840 com listagem nominal dos parlamentares mineiros entre 1825 e 1842.

De acordo com Paiva & Godoy (2008) ainda existem poucos trabalhos dedicados à avaliação da qualidade dos dados procedentes de listas nominativas e à discussão de procedimentos metodológicos para lidar com as limitações existentes em fontes de dados desta natureza. Considerando estes aspectos, na próxima seção se discutirá brevemente alguns pontos relacionados à nupcialidade em Minas Gerais no século XIX para contextualizar o exercício metodológico a ser empregado neste trabalho, de aplicação do modelo de casamento de Hajnal (1953) aos dados das listas nominativas da década de 1830.

## **2) Nupcialidade em Minas Gerais no século XIX**

O casamento foi prática estimulada pela Igreja Católica e também pelo Estado Português durante todo o período colonial, e ainda no século XIX o casamento era visto como uma forma de manter o controle sobre a população (Lewkowicz, 1993). Todavia, o casamento nem sempre esteve circunscrito à esfera das uniões ditas legítimas, e casamentos denominados ilegítimos estavam fortemente presentes na sociedade oitocentista (Brügger, 2002). A proporção de celibatários também não era desprezível, em parte, em função dos elevados custos financeiros do casamento, a ausência de pretendentes e a burocracia associada aos processos nupciais (Samara, 1993). A população livre e escrava apresentavam diferenças com relação ao padrão de nupcialidade, como por exemplo, os índices de “ilegitimidade” que eram mais elevados na população de forros e escravos (Brügger, 2002).

Com relação às estratégias matrimoniais, em comparação com outras províncias do Império, Minas Gerais apresentava baixos índices de consangüinidade no século XIX, que representam mecanismos de preservação de valores culturais e de prestígio, ainda que desvantajosos do ponto de vista econômico (Lewkowicz, 1993). Todavia, no que se refere à homogamia, há evidências desta prática nos casamentos em Minas Gerais no século XIX, como os resultados encontrados por Botelho (2004), para registros paroquiais de casamento em uma região mineira do século XIX, em que se verificaram estratégias como a escolha de cônjuges pertencentes ao mesmo grupo de raça/cor e espaço geográfico.

No que se refere à idade ao casar, e para a população livre, no estudo de Rodarte (2008) verificou-se que as regiões com maior nível de desenvolvimento econômico<sup>6</sup> em Minas Gerais nos anos 1830 se caracterizavam pelo adiamento do casamento, ao passo que as regiões menos desenvolvidas apresentavam casamentos mais precoces. O autor ainda pontua que, no meio urbano, a idade média ao casar era mais elevada do que no campo, e que isto poderia ser o reflexo do estilo de vida urbana que permitia aos jovens escaparem da rigidez do controle social que previa a nupcialidade precoce, além dos possíveis custos financeiros associados à vida nas regiões urbanizadas que possivelmente desestimulariam as núpcias entre os jovens (Rodarte, 2008). No estudo de Brügger (2002) para São João Del Rei em duas décadas do século XIX, para a população livre, verificou-se a prática de casamentos precoces, com 75% das noivas entre 1831 e 1840, e 67% entre 1841 e 1850 se casando até os vinte anos de idade. A autora também verifica em seu estudo idades ao casar mais elevadas para os homens do que para as mulheres, o que poderia ser em decorrência da migração, um fenômeno característico dentre indivíduos do sexo masculino (Brügger, 2002).

Conforme verificado nesta breve revisão bibliográfica, estudos acerca de padrões de nupcialidade em Minas Gerais em um período marcado pela diversidade tanto econômica quanto sociodemográfica, ainda precisam ser desenvolvidos. Também há espaço para a discussão sobre a qualidade e potencialidade de fontes de dados com características e limitações próprias de suas épocas. Na próxima seção, se discutirá a escolha da fonte de dados a ser utilizada e as estratégias adotadas para lidar com as limitações inerentes aos dados, para a posterior aplicação do método escolhido para este exercício metodológico.

### **3) Fonte de dados e metodologia**

#### **3.1) As listas nominativas da década de 1830**

Entre as fontes de dados demográficos de Minas Gerais para o século XIX, as listas nominativas da década de 1830 tem se constituído entre as bases de maior importância e confiabilidade para as análises socioeconômicas do período. As listas se constituem de registros administrativos destinados à contagem e descrição das pessoas e dos domicílios

---

<sup>6</sup> Com base nas informações disponíveis de relatos de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX, Paiva (1996) categoriza o nível de desenvolvimento econômico das regiões mineiras em alto, médio e baixo. Os critérios utilizados para a definição dessas categorias foram as informações relativas ao nível de produção e do comércio local, a presença do “intermediário” e aos aspectos sociais mencionados pelos viajantes. Maiores detalhes podem ser encontrados em Paiva (1996).

pesquisados. Nela, são listados todos os habitantes dos fogos juntamente com uma série de informações pessoais: sexo, idade, relação com o chefe de domicílio, condição e ocupação. Tal característica constitui essa fonte como uma rica base de dados demográficos.

De acordo com Marcilio (1996) *apud* Rodarte (2008), a coleta de dados demográficos no Brasil pode ser subdividida em três períodos distintos: *i) o pré-estatístico* (1500-1750) com poucas ocorrências de contagem direta da população; *ii) o proto-estatístico* (1750-1872) marcado pela realização de censos regionais e *iii) o estatístico* (1872 em diante) marcado pela realização dos censos demográfico nacionais. As listas nominativas são importantes representantes deste segundo período, sendo utilizadas em substituição aos registros administrativos que, pela sua finalidade adversa, não cumpriam efetivamente o papel de registro populacional. Sobre esta transição o autor ressalta:

*“A adoção das listas nominativas, que resultava em maior confiabilidade aos arrolamentos populacionais, foi advogada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), um dos principais organizadores das estatísticas de Minas Gerais por quase quatro décadas. Lotado no cargo de secretário de Governo, desde o ano da Independência, Luiz Maria, que também havia sido presidente da província, justificava a mudança alegando que na elaboração dos seus mapas de população, as autoridades dos municípios e distritos de paz frequentemente agregavam as informações em categorias estranhas ao padrão previamente definido pelo governo da província. (...) Já com as listas nominativas, as próprias autoridades provinciais poderiam calcular e tabular as informações da forma como lhes conviesse.”* (Rodarte, 2008: 81).

A partir de meados da década de 1980 o Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG iniciou um processo de digitalização das informações das listas nominativas produzidas em dois levantamentos: nos anos 1831/32 e 1838/41. O trabalho sucedeu a um investimento de mesma natureza realizado com o Censo Demográfico de 1872. A partir das listas originais, existentes no Arquivo Público Mineiro (APM), um conjunto amplo de pesquisadores e auxiliares de pesquisa empreendeu um esforço de compreensão e digitalização das informações. Foram compiladas, ao todo, 272 listas de 1831/32 e 140 de 1838/41. A junção das bases estatísticas deste período deu origem ao maior fragmento de Censo Demográfico conhecido no Brasil, cuja população recenseada é da ordem de 536.938 habitantes. Considerando que as estimativas da população total de Minas Gerais neste período indicavam cifras em torno de 800 mil pessoas, é de impressionar a abrangência deste registro, que alcançaria algo em torno de 55% da população total (Rodarte, 2008).

O esforço da equipe de pesquisadores do Cedeplar deu origem a uma base de dados com as informações originais e também com colunas adicionais nas quais foram realizadas correções em inconsistências nos dados, o que permite a aplicação de técnicas demográficas

diretas e indiretas de forma a ampliar as possibilidades de avaliação destas informações, bem como o conhecimento desta população (Rodarte, 2008).

Mesmo que a base de dados ofereça uma riqueza inestimável de informações sobre a estrutura demográfica da população mineira, poucas são as possibilidades de investir na descrição detalhada das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migrações). Adicionalmente os pesquisadores de demografia histórica ressentem-se das limitações existentes na análise do Censo de 1872, cujas tabelas disponíveis não permitem a realização de múltiplos cruzamentos entre as informações.

Neste sentido, as técnicas indiretas de análise demográfica podem ser de grande utilidade para verificação de padrões de comportamento que auxiliem na compreensão da dinâmica demográfica desta população. Será empreendido aqui um esforço de avaliação do padrão da nupcialidade descrito pelas informações das listas nominativas, valendo-se do método *Singulate Mean Age at Marriage* (SMAM), proposto por Hajnal (1953).

O banco de dados final utilizado no presente estudo contém 226.490 casos de homens e mulheres livres e forros. Optou-se em trabalhar com indivíduos nestas duas condições sociais, tendo em conta que o estudo dos padrões de comportamento da nupcialidade se adequa melhor às populações em condição livre, tanto pela questão da liberdade de escolha quanto também pela representatividade demográfica deste grupo. Os escravos, por sua vez, além de não possuírem a liberdade para a prática do casamento, também representam um grupo etário muito específico, o que limitaria a aplicação do modelo que simula o ciclo de vida de uma população.

### 3.2) Metodologia de cálculo do SMAM

A metodologia de cálculo da idade média do primeiro casamento foi proposta por Hajnal (1953) para avaliação dos padrões de mudança no comportamento da nupcialidade de coortes em países com baixa fecundidade que vivenciavam um *boom* de casamentos. A metodologia permitia comparar, no tempo, se o padrão de casamento das coortes mais jovens implicava redução da idade média ao primeiro casamento, considerando que a informação era calculada para uma coorte hipotética que mantivesse o mesmo percentual de solteiros da população no período em análise<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Importante salientar que possíveis omissões com relação às declarações de estado civil, podem ter ocorrido nas listas nominativas da década de 1830, com tendência de preferência pela categoria 'casado' de estado conjugal (Paiva & Godoy, 2008).

A formulação matemática é bem simples, dependendo apenas da informação sobre a proporção de solteiros na população. Permitindo a consideração da variabilidade deste comportamento entre as populações analisadas, o modelo sugere a utilização da população entre 15 e 55 anos de idade como intervalo no qual, provavelmente, ocorra o casamento. Tal recorte será aqui utilizado, assumindo que os casamentos na população em estudo ocorrem apenas neste intervalo de idade.

Hajnal (1953) mostra que o cálculo realizado por grupos etários não difere nos resultados da formulação realizada por idades simples, desta forma, serão utilizados grupos quinquenais de idade dentro deste intervalo para o procedimento do cálculo<sup>8</sup>. Desta maneira, o primeiro passo é a obtenção da proporção de solteiros nos oito grupos etários quinquenais, denominados de  ${}_nS_x$ , que serão utilizados para calcular o número de pessoas-ano vividos como solteiros a partir da obtenção de dois valores:  $RS_1$  e  $RS_2$  (United Nations, 1983). O valor de  $RS_1$  é obtido pelo somatório das proporções de solteiros nos grupos etários, e o valor de  $RS_2$  é obtido somando 15 a este resultado, que representa o número de pessoas-ano vivido pelos solteiros nas idades mais novas do que os grupos etários considerados, como pode ser observado nas equações abaixo:

$$(1) \quad {}_nS_x = \sum_{\alpha}^{\beta} \frac{\text{Solteiros}_i}{\text{Poptotal}_i}$$

$$(2) \quad RS_1 = 5 \times \sum {}_nS_x$$

$$(3) \quad RS_2 = RS_1 + 15$$

O próximo passo para obtenção da média é estimar a proporção daqueles que nunca se casaram na coorte hipotética. Esse valor, denominado RN, consiste na média aritmética da proporção de solteiros nos dois últimos grupos etários (44-49 e 50-54). A partir desta proporção, pode-se obter a proporção de uma vez casados subtraindo-se esse valor da unidade. Após essa etapa calcula-se o número de pessoas-ano vivido daqueles que nunca se casaram, multiplicando o valor de RN por 50. Tal valor é utilizado pois, um dos pressupostos do modelo, é que a nupcialidade do primeiro casamento que importa para inferir a fecundidade só ocorre até os 50 anos nesta coorte hipotética. Finalmente, calcula-se o valor

---

<sup>8</sup> Os grupos quinquenais, como se sabe, são particularmente úteis para reduzir os erros na declaração de idade, especialmente a preferência por dígitos. Tal medida, contudo, não foi considerada suficiente para resolver os problemas encontrados na distribuição etária da população, sendo aplicados outros métodos, como será apresentado adiante.

do SMAM através da razão entre a diferença entre  $RS_2$  e  $RS_3$  e  $RM$ , como mostram as expressões abaixo:

$$(4) \quad RN = (\text{}_{4}S_{45} + \text{}_{4}S_{50}) \div 2$$

$$(5) \quad RM = 1,0 - RN$$

$$(6) \quad RS_3 = 50 \cdot RN$$

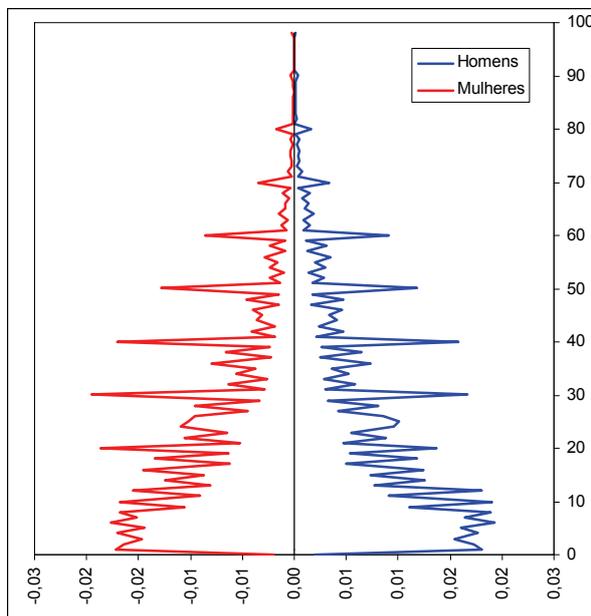
$$(7) \quad SMAM = (RS_2 - RS_3) \div RM$$

É importante destacar que a idade média ao primeiro casamento, além de ser um indicativo dos padrões de comportamento da população e da valoração quanto à constituição familiar como prática cultural, também permite, em sociedades nas quais a fecundidade está substancialmente restrita ao casamento, estimar o tempo de exposição ao risco de ter filhos. O modelo matemático, contudo, tem pressupostos fortes: considera que o casamento só ocorre nas faixas etárias utilizadas no cálculo e considera que a mortalidade não é seletiva pelo status marital em todos os grupos etários.

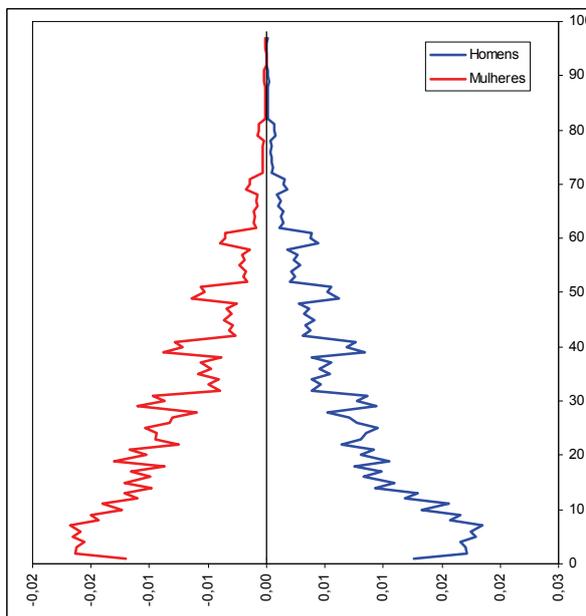
Outro procedimento necessário para o cálculo do SMAM foi um ajuste na distribuição da população por idade. A análise da distribuição da população mostra com clareza que o efeito da preferência por dígitos é grande, exigindo a aplicação de algum método de suavização da estrutura etária. Com a informação de idade simples aplicou-se média móvel aos valores (tirando a média de três valores em seqüência), a fim de suavizar a distribuição. Os Gráficos 1 e 2 mostram a distribuição etária da população de Minas Gerais presente nas listas nominativas de condição livre ou forra, que será o grupo populacional para qual será calculado o SMAM.

A distribuição original da população por idade, como pode ser observado no Gráfico 1, mostra grande irregularidade e forte atração para os dígitos terminados em zero (Graf. 1). O resultado da aplicação da média móvel pode ser observado no Gráfico 2, e pode-se verificar que esse ajuste e a utilização de grupos etários quinquênais favoreceram a suavização da distribuição etária da população, conforme é possível verificar no Gráfico 3.

**Gráfico 1**  
Distribuição etária da população de Minas Gerais na década de 1830 - Dados originais

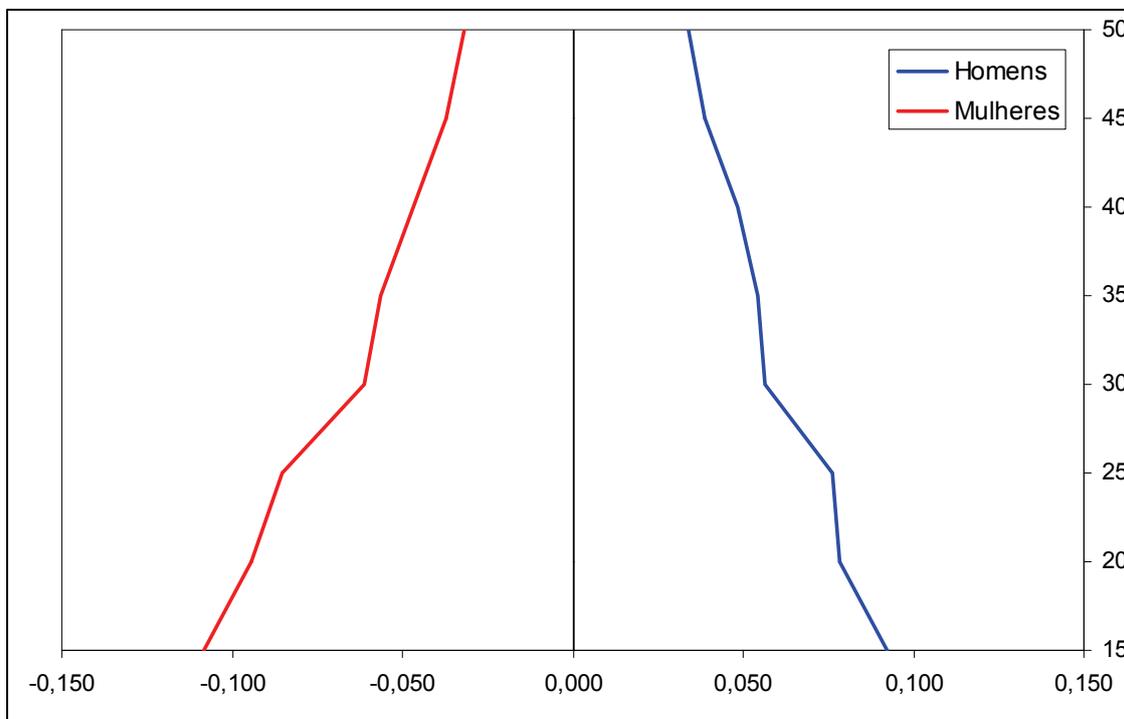


**Gráfico 2**  
Distribuição etária da população de Minas Gerais na década de 1830 - Dados suavizados



Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas de 1831/32 e 1838/40. Cedeplar/UFGM.

**Gráfico 3**  
Distribuição da população de Minas Gerais na década de 1830 por grupos etários quinquenais, nas idades entre 15 e 54 anos – Dados Suavizados



Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas de 1831/32 e 1838/40. Cedeplar/UFGM.

### 3.3) Variáveis

Utilizou-se neste trabalho a classificação regional por nível de desenvolvimento elaborado por Paiva (1996): ‘baixo’, ‘médio’ e ‘alto’ níveis de desenvolvimento. A situação do fogo foi classificada em ‘urbano’, ‘rural’ e ‘sem informação’, assumindo-se que o urbano é representado pela população residente em fogos ‘do povoado’ e o rural, pela população cujos fogos se localizam ‘fora do povoado’ (Rodarte, 2008). No que tange à população do distrito de paz, as categorias utilizadas para o número de habitantes foram ‘menos de 1.000’, ‘1.000 a 3.000’ e ‘mais de 3.000’. O tamanho do plantel do fogo, que representa um indicador de riqueza do chefe da unidade domiciliar e também, da orientação do domicílio enquanto unidade produtiva, foi mensurada em ‘sem escravos’, ‘2 a 3 escravos’, ‘4 a 7 escravos’ e ‘8 escravos e mais’.

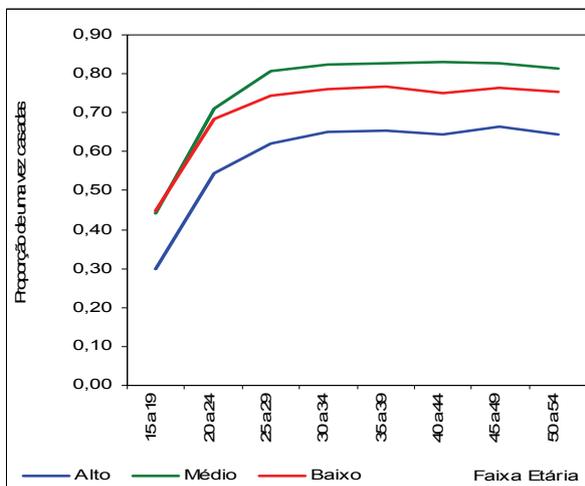
## 4) Resultados

### 4.1) Análise descritiva

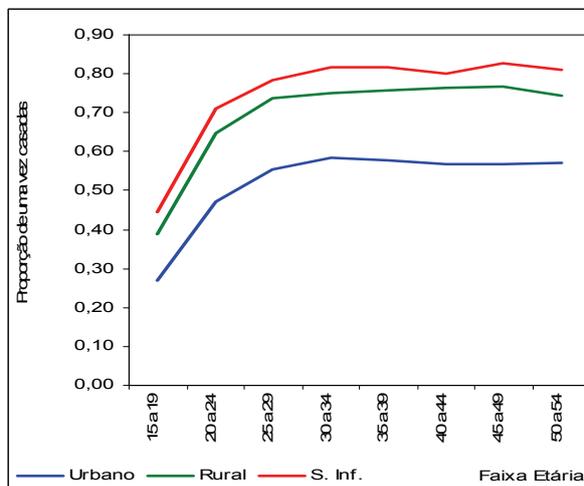
As listas nominativas da década de 1830, como já exposto, oferecem uma série de possibilidades de análise socioeconômica da população de Minas Gerais. Para a avaliação do padrão de nupcialidade, buscou-se, com as variáveis escolhidas, selecionar uma série de características econômicas e de organização dos domicílios que permitisse estabelecer os diferenciais de comportamento da população. Assim, a classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento cumpre papel importante, pois delinea os espaços segundo o dinamismo econômico, sugerindo algumas interpretações sobre a ordem social vigente no período, ordem esta que certamente guarda relações com os padrões de nupcialidade. As categorias de urbano e rural, mesmo que ainda não consolidadas nos padrões atuais, também são importantes como indicadores do tipo de atividade econômica predominante nos espaços, além disso, a proximidade espacial está entre os fatores mais importantes para a difusão de formas inovadoras de comportamento ligadas à nupcialidade, assim como no caso do tamanho populacional do Distrito de Paz. O tamanho do plantel de escravos, por sua vez, é também um forte indicador das diferenças na organização domiciliar e da estruturação do fogo enquanto unidade de produção. Os Gráficos 4, 5, 6 e 7 descrevem o padrão de entrada no casamento para as mulheres de Minas Gerais na década de 1830, iniciando a discussão.

**Gráfico 4**

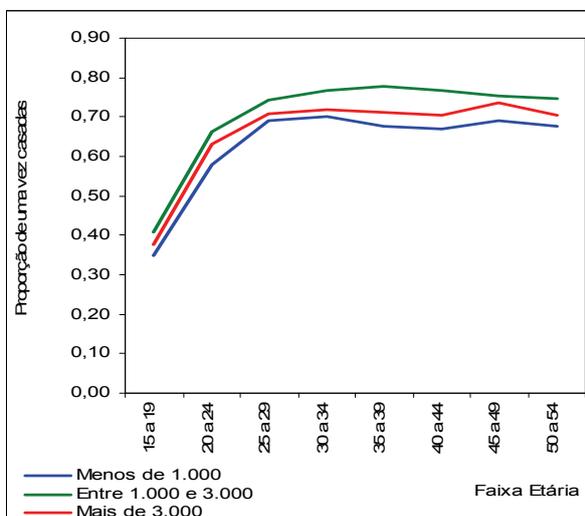
Proporção de mulheres livres uma vez casadas na População de Minas Gerais na década de 1830 segundo nível de desenvolvimento regional

**Gráfico 5**

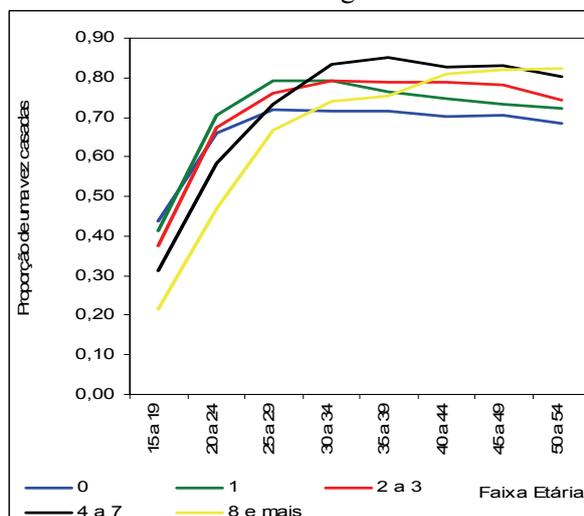
Proporção de mulheres livres uma vez casadas na População de Minas Gerais na década de 1830 segundo a situação do fogo

**Gráfico 6**

Proporção de mulheres livres uma vez casadas na População de Minas Gerais na década de 1830 segundo tamanho da população do Distrito de Paz

**Gráfico 7**

Proporção de mulheres livres uma vez casadas na População de Minas Gerais na década de 1830 segundo tamanho do plantel de escravos do fogo



Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas de 1831/32 e 1838/40. Cedeplar/UFG.

A representação da proporção de uma vez casadas na população é particularmente importante para a compreensão dos padrões de comportamento associados ao casamento, pois descreve o ritmo em que as mulheres aderem a este comportamento, sendo o SMAM uma medida padronizada que sintetiza tal comportamento.

Tendo em conta o nível de desenvolvimento regional, o Gráfico 4 mostra que as regiões de alto desenvolvimento alcançaram 64,5% de mulheres livres uma vez casadas ao final do período estudado (55 anos), contrastando com valores mais altos para o médio (81,3%) e baixo (75,5%) desenvolvimento. O menor percentual de casadas nos dois extremos (alto e baixo desenvolvimento) pode indicar tanto que as privações econômicas atingiam a prática do casamento, inibindo-a, como também que a prosperidade econômica estimulava a manutenção de um número mais elevado de solteiras, comportamento que se assemelha ao padrão europeu de casamentos do século XIX (Hajnal, 1965). Com relação ao formato da curva, percebe-se uma semelhança no ritmo de entrada no casamento, sendo que as diferenças estão mais relacionadas ao nível e menos à estrutura, sugerindo que o nível de desenvolvimento de uma determinada região, tal como mensurado no presente trabalho, parece não constituir variável que diferencia as mulheres livres com relação às idades com que elas contraem núpcias. Embora a curva para o nível de desenvolvimento ‘alto’ apresente ao contrário das demais um ‘pico’ no grupo etário ‘45-49’, para todas as curvas é possível observar que a proporção de uma vez casadas cresce até aproximadamente o grupo ‘20-24’ e em seguida volta a apresentar um ‘pico’ no grupo ‘25-29’, quando a partir de então, a proporção de uma vez casadas torna-se aproximadamente constante até o final do período.

Com relação à situação do fogo, observa-se que a proporção de mulheres alguma vez casadas é notavelmente superior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, e para todos os grupos etários (Gráfico 5). Porém, chama a atenção a predominância da curva da categoria ‘sem informação’ sobre as demais, o que evidencia os problemas de declaração das informações inerentes às fontes de dados desta natureza, e que dificultaram a construção desta variável que, conforme mencionado, se baseou na localização do fogo com relação ao povoado.

No Gráfico 6 verifica-se que o diferencial, em nível, das curvas de proporção de mulheres alguma vez casadas é menor com relação ao observado para o nível de desenvolvimento regional e a situação do fogo, sobretudo entre distritos de paz com população inferior a 1.000 habitantes e superior a 3.000 habitantes. A curva de distritos de paz entre 1.000 e 3.000 habitantes atingiu o maior nível dentre as categorias analisadas, e a curva da categoria ‘menos de 1.000’, que talvez represente aquelas regiões com menor nível de desenvolvimento, o menor nível.

No que se refere ao tamanho do plantel de escravos no fogo, verifica-se pelo Gráfico 7 que fogos com maiores plantéis de escravos ('4-7' e '8 e mais'), apresentam menor proporção de mulheres alguma vez casadas nas idades mais jovens com relação às demais categorias. Porém, esta tendência se inverte, aproximadamente, após a idade de 30 anos, quando a proporção de alguma vez casadas tende a superar a proporção exibida para os demais grupos de tamanho de plantel. Ao contrário do observado, especialmente no Gráfico 4, no caso do tamanho do plantel de escravos no fogo as curvas das categorias analisadas se apresentaram com formatos distintos entre si. Esta pode ser uma evidência de que as escolhas (ou imposições) acerca da entrada no casamento são mais afetadas pelas características socioeconômicas da unidade que abriga as relações mais imediatas dos indivíduos (o fogo), vis-à-vis as características socioeconômicas de unidades aonde os laços entre os indivíduos são mais fracos do que no primeiro caso, como as regiões por nível de desenvolvimento. É possível supor que os valores compartilhados em fogos com poucos e com muitos escravos, por exemplo, se distinguem em função dessa característica expressar a própria vocação dos fogos (Rodarte, 2008). Se procriativos, no caso de fogos com poucos ou nenhum escravos, poderia haver valorização da entrada precoce no casamento, ou se voltados para a produção, no caso de fogos com muitos escravos, os valores poderiam tender à postergação do casamento em favor da dedicação às atividades econômicas. Verifica-se no Gráfico 7 que, sobretudo para o grupo '4 a 7 escravos', após os 30 anos de idade aproximadamente, mulheres livres pertencentes aos fogos com esse plantel de escravos alcançam proporções de uma vez casadas superiores ao verificado para mulheres das demais categorias de número de escravos do fogo.

#### **4.2) Idade média ao primeiro casamento (SMAM)**

As estimativas para o conjunto da população mineira livre analisada indicaram uma idade média ao primeiro casamento da ordem de 23,4 anos para os homens e de 17,9 anos as mulheres. Conforme é possível verificar na Tabela 1, estes valores são bem próximos do encontrado por Teixeira (2004) para a população livre da região de Campinas entre meados do século XVIII e a primeira metade do século XIX, e bem distintos das idades médias ao primeiro casamento para a região de Yorkshire, na Inglaterra, ainda na segunda metade do século XVIII. Estes dados sugerem um padrão de casamento precoce para as duas regiões brasileiras em comparação com os dados para a região britânica de Yorkshire, que ilustra o

padrão europeu de casamento (idade ao casar e proporção de celibatários elevadas) (Hajnal, 1965). Verifica-se também, que, no caso da região inglesa a diferença de idade média ao casar entre homens e mulheres (2,1 anos) é bem menor do que no caso das idades médias ao primeiro casamento estimadas para Minas Gerais (5,5 anos), o que expressa um padrão de casamentos em que os noivos costumam escolher noivas mais jovens para contraírem núpcias (Rodarte, 2008).

**Tabela 1**

Comparação das idades médias ao primeiro casamento, por sexo: Minas Gerais (1831-1832), Campinas (1774-1850) e Yorkshire (1750-1799)

	<b>Minas Gerais, 1831-1832</b>	<b>Campinas, 1774-1850</b>	<b>Yorkshire (Inglaterra), 1750-1799</b>
Homens	23,4	23,4	26,6
Mulheres	17,9	17,4	24,5

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas - Cedeplar/UFGM, Wells (1992) e Teixeira (2004).

No que se refere à idade média ao casar segundo o nível de desenvolvimento regional, verificou-se, para ambos os sexos, uma idade média elevada para indivíduos residentes em regiões de alto nível de desenvolvimento, com valores iguais a 24,71 para homens e 18,85 para mulheres. Já a região classificada como de baixo nível de desenvolvimento apresentou as menores médias de idade ao casar (22,81 para homens e 17,64 para as mulheres) como pode ser observado na Tabela 2. Estes achados corroboram a hipótese de que, valores como o casamento precoce, não se apresentam, em parte, compatíveis com a mentalidade e o estilo de vida moderna das regiões mineiras economicamente mais avançadas do século XIX.

**Tabela 2**

Idade Média ao primeiro casamento (SMAM) da população Livre e Forra de Minas Gerais na década de 1830 segundo nível de desenvolvimento regional

<b>Nível de Desenvolvimento</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Baixo	22,81	17,64
Médio	22,83	17,86
Alto	24,71	18,85

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas.  
Cedeplar/UFGM

Se regiões mais bem desenvolvidas, são também, aquelas regiões mais urbanizadas, o esperado é que o comportamento da idade média ao casar por situação do fogo seja semelhante ao verificado para o nível de desenvolvimento. Conforme é possível observar na Tabela 3, a idade média ao casamento para residentes em fogos de área urbana é maior com

relação aos fogos de área rural, sobretudo entre os homens, cujo valor da idade média no meio urbano (25,82) superou em cerca de dois anos o valor da idade média no meio rural (23,28). Assim como a precocidade de casamentos em áreas de menor nível de desenvolvimento pode ser explicado pela maior exposição ao controle social manifesto na obrigação em casar-se ainda no início da juventude, no meio rural este raciocínio pode ser igualmente aplicado para compreender os menores valores encontrados para a idade média ao casar.

**Tabela 3**  
Idade Média ao primeiro casamento (SMAM) da população Livre e Forra de Minas Gerais na década de 1830 segundo situação do fogo

<b>Situação do Fogo</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Urbano	25,82	18,50
Rural	23,28	18,15
Sem Informação	22,84	18,25

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas.  
Cedeplar/UFMG

No que refere ao tamanho da população do distrito de paz, os resultados encontrados para a idade média ao primeiro casamento não descreveram um padrão bem definido entre as categorias populacionais. Para as mulheres, a média encontrada para distritos de paz com população inferior a 1.000 habitantes foi igual a 18,16 anos, decresceu menos que uma unidade no grupo ‘1.000 e 3.000 habitantes’ (17,49), e voltou ao mesmo valor de 18,16 anos na categoria superior a 3.000 habitantes. Para os homens, as maiores médias foram observadas para indivíduos residentes em distritos de paz com menos de 1.000 habitantes (24,02) e mais de 3.000 habitantes (23,45), respectivamente (Tab. 4). No caso da população masculina, que exibiu diferenças mais evidentes da idade média ao casar entre as categorias extremas de população do distrito de paz, talvez a maior média de idade ao primeiro casamento em distritos com população inferior a 1.000 habitantes pode ser o reflexo das maiores dificuldades econômicas destes distritos de pequeno porte, e que se expressariam nas menores ofertas de trabalho. Estas dificuldades implicariam aos noivos menores possibilidades de arcarem com os custos inerentes ao matrimônio, restando assim, o adiamento das núpcias.

**Tabela 4**  
Idade Média ao primeiro casamento (SMAM) da população Livre e Forra de Minas Gerais na década de 1830 segundo tamanho da população do Distrito de Paz

<b>População do Distrito de Paz</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Menos de 1.000	24,02	18,16
1.000 a 3.000	23,18	17,49
Mais de 3.000	23,45	18,16

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas.  
Cedeplar/UFMG

A respeito do tamanho do plantel, verificou-se diferenças substanciais entre homens e mulheres no tocante à idade média ao primeiro casamento, sobretudo para indivíduos pertencentes aos fogos com apenas um escravo, cuja diferença entre os sexos chegou a 7,13 anos (Tab. 5). Os homens apresentaram valores para a idade média ao casar superiores ao verificado para as mulheres em todas as categorias de tamanho do plantel, e observou-se, também, para ambos os sexos, que a idade média ao casar aumentou na medida em que o número de escravos nos fogos se tornava maior.

**Tabela 5**  
Idade Média ao primeiro casamento (SMAM) da população Livre e Forra de Minas Gerais na década de 1830 segundo tamanho do plantel de escravos do fogo

<b>Tamanho do Plantel</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Sem escravos	21,94	16,49
1 escravo	23,13	16,00
2 a 3 escravos	23,46	17,50
4 a 7 escravos	25,83	19,52
8 escravos e mais	28,74	22,77

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas.  
Cedeplar/UFMG

Destaca-se também que a idade média ao primeiro casamento para fogos sem escravos, tanto para homens quanto para as mulheres, alcançaram valores bem inferiores ao verificado para a população total de livres, ao passo que nos domicílios com oito escravos ou mais, as idades médias foram bastante elevadas, cujos valores da idade média ao primeiro casamento superou a idade média do total de homens e de mulheres livres em cerca de 5 anos (Tab. 1 e 5). Estes resultados parecem indicar que o pertencimento aos fogos com maior número de escravos (que representa um indicador de riqueza do domicílio), se relaciona à valorização da postergação das núpcias, embora estes domicílios pareçam dispor, ao menos em princípio, de condições materiais para a entrada do indivíduo no casamento. De acordo

com os resultados obtidos, fogos mais inclinados ao desempenho de atividades econômicas, ou seja, com maior número de escravos, desestimulam os indivíduos a contraírem núpcias para privilegiar, talvez, a aquisição de condições materiais próprias para então, casar e constituir família.

## **Conclusão**

Este trabalho aplicou o método *Singulate Mean Age at Marriage* (SMAM) desenvolvido por Hajnal (1953) aos dados das listas nominativas da década de 1830, compilados pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG segundo características socioeconômicas selecionadas, como o nível de desenvolvimento regional, a situação do fogo, a população do distrito de paz e o tamanho do plantel do fogo. Tanto para os resultados encontrados para a proporção de mulheres livres uma vez casadas quanto para as estimativas da idade média ao primeiro casamento para ambos os sexos, a variável socioeconômica que apresentou os resultados mais instigantes foi o tamanho do plantel de escravos. Essa dimensão que representa um indicador de riqueza do domicílio revelou importantes diferenciais com relação ao padrão de casamento da população em estudo: de um modo geral, mulheres livres cujos fogos apresentavam os maiores plantéis de escravos analisados, exibiram um ritmo crescente de entrada no casamento até, aproximadamente, o grupo etário ‘30-34’ anos, ao passo que as curvas de uma vez casadas, para categorias de plantéis de escravos menores, apresentaram ritmo crescente até, aproximadamente, o grupo etário ‘25-29’ anos. Estes resultados reforçam a idéia de que unidades domiciliares potencialmente mais ricas compartilham de valores e normas que privilegiam a postergação da constituição familiar. Segundo Hajnal (1965), especialmente para os homens, o adiamento das núpcias apresentava-se como necessário para o estabelecimento de um padrão de vida adequado para oferecer suporte material à futura família. E conforme se verificou para o cálculo da idade média ao casar, também segundo o tamanho de plantel de escravos, homens (e mulheres) livres de fogos com oito ou mais cativos apresentaram idades médias ao primeiro casamento bastante superiores àqueles indivíduos cujos fogos não apresentavam nenhum escravo, ou seja, que tendiam ao exercício das funções procriativas, vis-à-vis as funções produtivas que parecem ser bastante fortes em fogos cujo número de escravos é significativo (Rodarte, 2008).

Com relação aos demais resultados, verificou-se para a proporção de mulheres livres uma vez casadas, segundo o nível de desenvolvimento socioeconômico, que houve menor percentual de casadas nos grupos extremos ‘alto’ e ‘baixo’ níveis de desenvolvimento, o que é compatível, respectivamente, com o padrão europeu de casamentos tardios mesmo em épocas de prosperidade econômica e com o xeque preventivo malthusiano de desestímulo das núpcias em épocas de estagnação econômica. A maior proporção de mulheres livres alguma vez casadas em áreas rurais, com relação às áreas urbanas, evidencia que valores de estímulo ao casamento precoce se apresentam mais arraigados nas famílias pertencentes ao meio rural, cujo conservadorismo, teoricamente, se apresenta de modo mais reforçado do que nas áreas urbanizadas.

No que se refere à idade média ao primeiro casamento para a população livre feminina e masculina, verificou-se para os homens uma idade média igual a 23,4 anos e para as mulheres uma idade média igual a 17,9 anos, que representam valores que apontam para um padrão de casamento precoce, comparativamente, ao padrão de casamento europeu do século XIX, por exemplo (Hajnal, 1965). As regiões consideradas de ‘baixo’ e ‘alto’ nível de desenvolvimento, exibiram, respectivamente, as menores e as maiores idades médias de entrada no primeiro casamento para ambos os sexos, o que contradiz a operação do xeque preventivo malthusiano, já que os casamentos foram mais postergados nas áreas correspondentes aos maiores níveis de desenvolvimento, sobretudo no caso dos homens cuja diferença da idade média ao primeiro casamento do ‘baixo’ para o ‘alto’ nível de desenvolvimento se apresentou de modo mais evidente do que no caso das mulheres. Seguindo este mesmo raciocínio, as idades médias ao casar mais elevadas foram identificadas no meio urbano, indicando mais uma vez que, a despeito das melhores condições socioeconômicas, os indivíduos parecem ser impelidos a postergarem as núpcias em função, talvez, da busca por meios próprios para sustentar a futura família, ou talvez pela aquisição de estilos comportamentais de uma vida moderna que refuta o casamento precoce como norma.

De um modo geral, e do ponto de vista das potencialidades das listas nominativas da década de 1830, verifica-se que ainda são muitas as possibilidades de estudo da sociedade mineira deste período. Estudos futuros podem continuar explorando o padrão de casamento a partir da aplicação deste e de outros métodos indiretos, ampliando o número de recortes na população recenseada nas listas nominativas da década de 1830, bem como estabelecendo

comparações entre informações referentes a outros períodos históricos ou mesmo outras regiões do Brasil.

É importante ressaltar que as limitações impostas aos dados desta natureza são um desafio particular para o avanço das pesquisas em demografia histórica no Brasil. É de fundamental importância o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de métodos demográficos indiretos para lidar com tais limitações (estrutura etária, subenumeração, erros de declaração, entre outros). Todavia esse trabalho demonstrou que existe a possibilidade, de, com algumas correções simples na informação e a aplicação de medidas padronizadas, estimar medidas populacionais de relevância para a análise deste período.

### Referências Bibliográficas

BOTELHO, T. R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2004.

BRÜGGER, S. M. J. Legitimidade, Casamento e Relações Ditas Ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002**: coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.v. 2, p. 255-280.

EVERSLEY, D. E. C. **Population in history**. London: London Edward Arnol, 1965. p. 23-69.

HAJNAL J. Age at marriage and proportions marrying. **Population Studies**, v. VII, n. 2. Nov, 1953.

HAJNAL, J. European marriage patterns in perspective. In: Glass DV, Eversley DE, eds. **Population in history: essays in historical demography**. Chicago, Illinois, Aldine Publishing Company. p.101-43. 1965.

HATCHER, R. Understanding the Population History of England, 1450-1750. **Past and Present**, v. 180, p. 83-130, 2003.

KULCSÁR, L. Something Old, Something New: Hungarian Marriage Patterns in Historical. **Journal of Family History**, v.32, n. 323, 2007.

LEWKOWICZ, I. As Mulheres Mineiras e O Casamento: Estratégias Individuais e Familiares Nos Séculos XVIII e XIX. **História**, São Paulo, v.12, p.13-28, 1993.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

MANUAL X. Técnicas Indiretas de Estimación Demográfica. **The singulate mean age at marriage**. New York, 1986. p.225-229.

MARTINS, M. C. S; LIMA, M. A. C; SILVA, H. C. C. da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2002.

MARTINS, R. B.; PAIVA, C. A.; BOTELHO, T. R. Avaliando o Recenseamento Geral do Império de 1872. In: PAIVA, C. A.; MARTINS, R. B. Um estudo crítico do Recenseamento de 1872. **Relatório de Pesquisa**. PNPE, 1983. (mimeo).

MELLO FILHO, M. S. B. de; SANTOS JÚNIOR, J. M. dos; RODARTE, M. M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Diamantina: UFMG/FACE/Cedeplar, 2006. p. 1-24.

PAIVA, C. A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado de História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, C. A.; ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5., 1990, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990. p.85-106.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2002.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Um Estudo da Qualidade da Informação Censitária em Listas Nominativas e uma Aproximação da Estrutura Ocupacional da Província de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 13, 2008, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2008.

PAULA, J. A. de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156 p.

RODARTE, M. M. S. Arranjos domiciliares, urbanização e desenvolvimento econômico: um ensaio de tipologia domiciliar com as listas nominativas de Minas Gerais na década de 1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2006. 21 p.

RODARTE, M. M. S. **O trabalho do fogo**: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. 2008. 365 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SAMARA, E. de M. Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v.12, p. 49-61, 1993.

SANTOS JUNIOR, J. M. dos.; REIS, M. S. dos. A distribuição ocupacional mineira oitocentista: resultados a partir de métodos de análise regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2008.

SILVA, L. V. da. Redescobrimo as Cidades Mineiras Oitocentistas. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002**: coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.v. 2, p. 151-172.

TEIXEIRA, P. E. A família do homem livre em Campinas: alguns aspectos demográficos, 1774-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2004.

UNITED NATIONS. *Manual X: Indirect Techniques for Demographic Estimation* (United Nations publication, Sales No. E.83.XIII.2) 1983.

WAYACHUT, J. Trends and Differentials in Female Age at First Marriage in Thailand over Half a Century. **Journal of Social Issues in Southeast Asia**, v. 18, n. 2, p. 293-314. 1993.

WEISDORF, J.; SHARP, P. From preventive to permissive checks: the changing nature of the Malthusian relationship between nuptiality and the price of provisions in the nineteenth century. **Cliometrica**, v.3, n.1, 2009.

WELLS, R. V. The Population of England's Colonies in America: Old English or New Americans? **Population Studies**, v. 46, p. 85-102, 1992.